



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 31 – dezembro de 2023

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2023i31p46-63>

**A autoria feminina nos programas de pós-graduação:
velhas fronteiras e novos trânsitos**

**Female authorship in graduate programs: old frontiers and new
movements**

*Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins**

*Sérgio Ricardo Oliveira Martins***

*Viviane Ramos de Freitas****

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a dimensão estético-política e literária da autoria feminina negra nas ementas ou planos de aula dos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras, especificamente da região Nordeste. Pretende-se reconhecer e enfrentar as lacunas institucionais que propagam a hegemonia branca e masculina nas literaturas, estabelecendo aqui um compromisso com a luta antirracista no interior das instituições de ensino superior. O texto também almeja refletir e provocar a discussão da representatividade literária dentro da academia, questionando o cânone. Para tanto, a discussão empreendida está em diálogo com intelectuais como Audre Lorde (2019), Toni Morrison (2019), Conceição Evaristo (2007; 2009), Frantz Fanon (2008), Sueli Carneiro (2005), Edimilson Pereira (2016) etc. Tem-se, como dimensão conclusiva, que há distanciamentos profundos entre as literaturas de autoria feminina (não-negra e negra) e a literatura de autoria masculina nas ementas ou nos planos de curso; o que sinaliza para uma discussão mais ampliada sobre temas como silenciamento, cânone, poder e discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Resistência; Autoria feminina negra; Cânone; Tensões educacionais

ABSTRACT

This article aims to analyze the aesthetic-political and literary dimension of black female authorship in the syllabi or lesson plans of graduate programs at Brazilian public universities, specifically in the Northeast region. It seeks to recognize and address the institutional gaps that propagate white and male hegemony in literatures, establishing a

* Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – Cruz das Almas – BA – Brasil – waleskamartins.wm@ufrb.edu.br

** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – Cruz das Almas – BA – Brasil – sergio.martins@ufrb.edu.br

*** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – Cruz das Almas – BA – Brasil – viviane.defreitas@ufrb.edu.br



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 31 – dezembro de 2023

compromise with the anti-racist struggle within graduate program institutions. The text also proposes to reflect and provoke the discussion of literary representativeness within the academy, questioning the canon. To this end, the discussion undertaken is in dialogue with intellectuals such as Audre Lorde (2019), Toni Morrison (2019), Conceição Evaristo (2007; 2009), Frantz Fanon (2008), Sueli Carneiro (2005), Edimilson Pereira (2016), etc. The conclusive dimension is that there are profound distances between female-authored literature (non-black and black) and male-authored literature in the syllabi or course plans; which indicates the need for a broader discussion on topics such as silencing, canon, power and discourse.

KEYWORDS: Literature; Resistance; Black female authorship; Canon; Educational tensions

Introdução

Audre Lorde (1977) fala sobre o peso do silêncio e o modo como sua transformação em linguagem e ação é arrebatadora. Para Lorde, não são as diferenças que imobilizam as potencialidades de ações, mas os silêncios impostos e longamente incrustados nas mulheres, em especial nas negras. O mesmo silêncio que, guardado por muito tempo, envenena lentamente o corpo, a mente e a alma, levando à morte social, psicológica, subjetiva, ancestral e, em muitos casos, à física.

Em outro texto-poema, Lorde vai nos convencer que a “Poesia não é um luxo”. Isso porque a poesia destila (exala) experiência, verdadeira ou imaginada, e se coloca como possibilidade de ser luz. Não qualquer iluminação, mas aquela que evidencia o lugar de poder dentro de cada mulher – aquele lugar escuro, interior, e que, na mais aparente superficialidade das percepções, é potência. Como afirma a autora,

Dentro desse local profundo, cada uma de nós mantém uma reserva incrível de criatividade e de poder, de emoções e de sentimentos que ainda não foram examinados e registrados. O lugar de poder da mulher dentro de cada uma de nós não é claro nem superficial; é escuro, é antigo e é profundo (Lorde, 2019, p. 44-45).

A poesia, especialmente para as mulheres negras, é, sim, iluminação e com ela se pode ver o nascimento dos sentidos, das ideias, das mudanças que provocam a vida. Ela, portanto, é conectividade ancestral que ilumina o caminho do auto(re)conhecimento sincero dos sentimentos e do poder que emana da existência – Liberdade. Não se trata de compreender a literatura, ou a poesia, como elemento etéreo e inacessível que se assenta no mais alto da torre e que de lá contempla os pequenos e humildes seres físicos e de papel e, diria Santos, nem aquela “[...] palavra erguida e dignificada [...]”, que exclui, “[...] pelo próprio privilégio dado à palavra, o corpo que a engendra” (2011, p. 109). Assim, Audre Lorde nos coloca a literatura, em especial a poesia, próxima e visceral.

Isso nos faz lembrar de outro ensaio, agora menos tocante, que é “O direito à literatura” de Antonio Candido (2011), publicado pela primeira vez em 1989. Nosso sociólogo e crítico literário coloca a literatura como elemento humanizador e que deveria figurar entre os Direitos Humanos. Mas, de qual literatura Candido nos fala? Para quais seres humanos seriam esses direitos? Em linhas gerais, resguardando a questão do distanciamento temporal e a sua importância no contexto em que o texto foi escrito, a literatura de Candido se aproxima e enamora uma dimensão sociológica. Retira essa

linguagem do sublime esvaziado e a traz para um panorama mais íntimo com a vida coloquial.

No entanto, a literatura, se aproximando da vida e da sua realidade (nunca sendo no fim), dentro da academia, coloca as/os escritoras/es no campo da representatividade, do autorreconhecimento e, também, de um processo de autoavaliação. Nas instituições de ensino superior, por exemplo, essas estratégias de autoavaliação e autorreconhecimento passam, necessariamente, pela cultura, ciência e linguagens artísticas dos corpos historicamente excluídos; pela identificação de velhas fronteiras/lacunas e dos novos trânsitos literários (ficcionais e/ou teóricos).

É nesse contexto que pretendemos abordar as questões da representatividade, do autorreconhecimento e da autoavaliação, da concepção, mesmo que precária, do poder e dos corpos e vozes “[...] de um segmento excluído das instâncias privilegiadas da sociedade brasileira” (Pereira, 2016, n.p.), evidenciando e ponderando sobre as lacunas e os distanciamentos encontrados em muitos programas de pós-graduação, em áreas concentradas em Literatura e Estudos Literários, das universidades federais da região Nordeste¹.

Os levantamentos realizados em 2021 resultaram no mapeamento das universidades federais com programas de mestrado e doutorado em Literatura ou Estudos Literários, reconhecidos e cadastrados na Plataforma Sucupira. Por limitação de escrita, concentraremos a análise apenas na região Nordeste do país. Nessa região, foram pesquisadas 20 instituições², 22 programas de pós-graduação e analisados cerca de 150 planos de aulas e/ou ementas³ disponibilizadas nos sites oficiais.

A escolha pela pós-graduação se deu pela densidade das discussões teóricas que referenciam e atualizam as obras e autoras/es lidas/os nesses níveis de formação. Após o levantamento das ementas ou planos de aula⁴ que pretendiam discutir temas que

¹ Trata-se de uma pesquisa que investigou todas as regiões do Brasil. No entanto, para uma análise mais direcionada, escolhemos para o texto a região Nordeste.

² São elas: UFPE; UFRN; UEFS; UFPI; UFCG; UEPB; UFPB; UNEB; UERN; UFS; UESC; UFC; UESPI; UFBA; UFAL; UFMA; UEMA; URCA; UFRPE e UNILAB.

³ Deu-se preferência aos planos de aula, ao invés do ementário. Houve momentos na análise em que se verifica a presença de ambos. Nesses casos, o programa disponibilizava apenas alguns planos de aula e, no ementário, constavam outros componentes interessantes à pesquisa.

⁴ Foram consideradas ementas/planos de aula de componentes como: Literatura brasileira (com obras de autoria feminina e/ou questionamentos sobre os temas da pesquisa); Historiografia e tradição literária; Literatura comparada (apenas quando estivessem comparando obras da literatura brasileira de autoria feminina ou que estivessem debatendo temas da órbita estabelecida na pesquisa); Literatura e estudos culturais (decoloniais e correlatos); Literatura e sociedade; Literatura portuguesa; Literatura africana de língua portuguesa; Literatura e resistência; Literatura e política etc.

orbitavam a pesquisa⁵, foram encontradas 4.891 referências. Depois, a coleta de dados consistiu na contagem e na separação⁶ das obras ficcionais e teóricas de autoria feminina e autoria feminina negra⁷.

Ao reconhecer, no referencial teórico-crítico e ficcional de um plano de aula, um discurso também político, o texto a seguir se orienta pelas seguintes questões: como os programas de pós-graduação expressam a autoria feminina negra nas referências de seus componentes e como refletir sobre a dimensão estético-política da autoria feminina negra diante de um referencial majoritariamente masculino e branco?

1 Novos trânsitos e velhas fronteiras

Na literatura, foco desta escrita, a trajetória de exclusão é longa e construída sob a égide do elitismo branco eurocêntrico. Durante muito tempo, de modo persistente, as discussões acadêmicas e toda a sua estrutura epistemológica e pedagógica foram construídas nos alicerces da “torre de marfim” – o cânone literário (obviamente edificado/manuseado/replicado por homens brancos). Nesse sentido, o mercado editorial, que também é reflexo desse sistema que opera na exclusão, é espelho e imagem dessa estrutura produtiva. Para toda imagem, ou reflexo, há um corpo que se ergue para projetar sua existência e expor seus paradigmas. Na dimensão mercadológica, há um corpo persistente e que, durante muito tempo, movimenta as operações do mercado editorial: predominantemente masculino e branco.

Para Regina Dalcastagnè, “[o] corpo feminino é um território em permanente disputa” (2007, p. 128):

Sobre ele se inscrevem múltiplos discursos – vindos dos universos médico, legal, psicológico, biológico, artístico etc. – que não apenas dizem desse corpo, mas que também o constituem, uma vez que normatizam padrões, sexualidade, reprodução, higiene. A questão é que

⁵ Autoria feminina, autoria feminina negra, mulheres, esquecimento, gênero, tradição oral (derivados), deslocamento, fronteira, marginal/periferia, decolonial (e seus anexos/similares), representação, literatura estrangeira, memória, africana, racismo, ética, alteridade, minorias etc.

⁶ Quanto à contagem das referências e bibliografias: a) com duas autoras, foi considerada uma referência de autoria feminina; b) referência com duas autorias (ou mais), caso uma fosse mulher, foi contabilizada uma autoria feminina; c) quando uma referência tivesse duas autoras e uma fosse negra, era contabilizada a referência de autoria feminina negra; d) uma autoria feminina com duas referências / obras, foram contabilizadas duas referências.

⁷ Mesmo que questionável, foi considerado inicialmente o critério visual de negritude e, depois, por aderência discursiva, ou da autoria ou por meio da consideração de sites de pesquisa. Em alguns casos, após incessante procura, não havendo imagens da pessoa, essa informação foi considerada e anotada no momento da coleta dos dados.

esses lugares legítimos de enunciação ainda são ocupados predominantemente por homens, instalados, é claro, em sua própria perspectiva social. A dificuldade surge porque, mesmo que sejam sensíveis aos problemas femininos e solidários (e nem sempre o são), os homens nunca viverão as mesmas experiências de vida e, portanto, verão o mundo social a partir de uma perspectiva diferente. E, como ‘o olhar não dobra a esquina’, alguma coisa sempre se perde (Dalcastagnè, 2007, p. 129).

Segundo a pesquisadora, na literatura não é diferente. A pesquisa desenvolvida por Regina e sua equipe mostra que “[...] nos últimos 15 anos – as autoras não chegam a 30% do total de escritores editados” (Dalcastagnè, 2007, p. 129). Essa investigação mapeou todos os romances contemporâneos publicados entre 1990 e 2004 no Brasil, pelas três maiores editoras do país na época (Record, Rocco e Companhia das Letras). A pesquisa, que se aprofunda na análise das “Imagens da mulher na narrativa brasileira” (título do artigo), evidencia as discrepâncias dentro e fora dos livros.

Se o corpo é um território disputado e se a literatura também o é, o campo das Letras e toda sua estrutura pedagógica reflete esse embate; essa disputa permanente por seu direito de existência e permanência. A universidade, que se propõe como espaço de desafios complexos, discussões aprofundadas, local inerente da construção crítica e de aprofundamentos teóricos/práticos do conhecimento, se vê, cada vez mais, pressionada ou impulsionada por temas que envolvem silenciamentos, violências, superações e reparações – as ausências e os excessos de presença.

A sala de aula, e todo o seu projeto físico, epistemológico e simbólico, é espaço e reflexo de poder. Nesse sentido, os mecanismos, estruturas e estratégias que envolvem a preparação e atuação da aula se projetam como movimento, ora circular ora em seta (unilateral), e dispositivo de poder. Não o poder simplificado em estratégias visíveis do capitalismo, que vampiriza toda e qualquer subjetividade (Pelbart, 2018), ou etéreo; mas aquele que penetra e mobiliza as microestruturas do Inconsciente. Aquele poder que impulsiona um conjunto de procedimentos e de formas vivas para, sutilmente, nas linguagens e nos gestos, produzir maneiras de exploração e exclusão das subjetividades, gerando profundas angústias e medos. A sala de aula, seja na graduação ou na pós-graduação (objeto da análise dessa escrita), aparentemente lugar flexível para o aprofundamento e a troca de experiências, é um espaço de poder. Toda e qualquer variação na tentativa, mesmo que minúscula, de romper com a hegemonia clássica e posta do poder vigente é, na maioria das vezes, chamada de resistência, balbúrdia, transgressão.

Com os avanços das práticas e das metodologias de resistências aos lugares comuns do eurocentrismo, ou dos insistentes discursos coloniais, teorias como da decolonidade, necropolítica, biopoder, desobediência epistemológica etc. surgem como propostas de retomada das/os silenciadas/os. As forças reativas vitais que atravessam esses corpos e vozes historicamente excluídos, por exemplo, (re)alavancam estratégias que chegam no contrapelo da história em seta – colocando o tempo espiralado como conectividade e possibilidade de pensar novas subjetividades que, de certa forma, confrontam os modelos engendrados do poder. Ou seja, enegrecer as discussões literárias, exemplificativamente, problematiza, transversaliza e potencializa diversas camadas do poder e da própria concepção e projeto de cidadania.

Pensando sobre essas perspectivas, a pesquisa realizada em 2021 expõe dados que questionam as velhas fronteiras e apontam para os novos trânsitos literários. Ainda que o recorte regional dos dados sobre as referências nas ementas e/ou planos de ensino dos programas de pós-graduação, bem como a categorização e os critérios de classificação adotados na análise, possa conter arestas soltas e detalhes que podem ter escapado, os resultados certamente sinalizam a necessidade de expor e analisar uma, certamente silenciada e resistente, escassez quantitativa da autoria feminina.

2 A literatura de autoria feminina negra nos programas *stricto sensu* do Nordeste

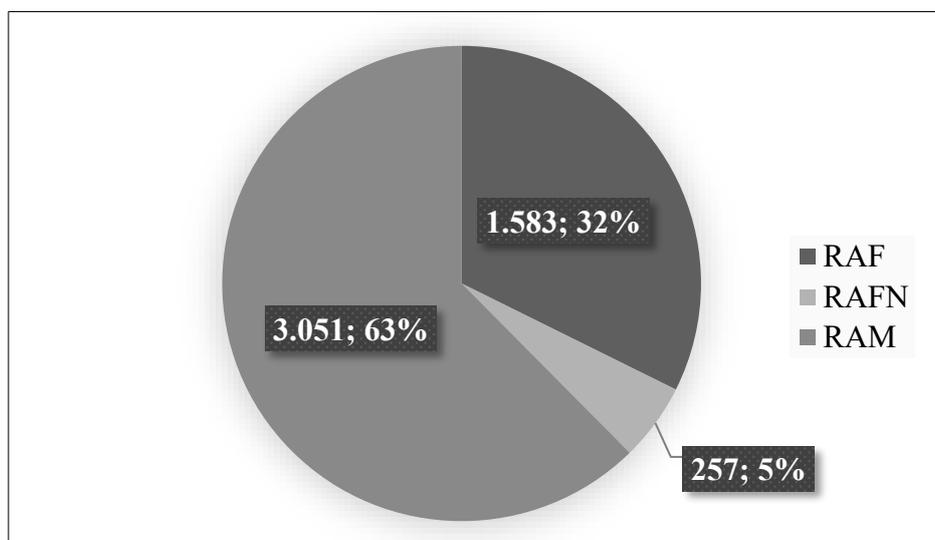
Sueli Carneiro (2005), em sua releitura dos conceitos de biopoder e dispositivo de Foucault, salienta que os discursos coloniais, nas suas mais diferentes esferas e na atualidade, se renovam e são constantemente retroalimentados. Tais discursos, articulados nas dimensões aparentes e subterrâneas da sociedade, são diluídos pela falsa naturalidade. Afinal, para Edimilson de Almeida Pereira, há uma “[...] equação que nos define como sociedade costurada com as linhas do contraste e da síntese” (2016, n.p.) que, ao se colocar como perspectiva possível de análise, revela a urgência em se discutir e iluminar essas sombrias e complexas articulações de poder, bem como conhecer as formas como são (re)criadas, (re)produzidas e ocultadas. Nesse sentido, olhemos os dados sistematizados na Tabela 1 e no Gráfico 1.

Tabela 1 – Totais de referências que atenderam aos critérios da pesquisa, por unidades da federação, na Região Nordeste – Brasil – 2021

Região	UF	TR	RAF	RAF/TR	RAFN	RAFN/TR
		nº	nº	%	nº	%
Nordeste	AL	178	80	44,94	8	4,49
	BA	1.157	394	34,05	60	5,19
	CE	1.320	333	25,23	38	2,88
	MA	382	95	24,87	1	0,26
	PB	1.010	385	38,12	98	9,70
	PE	119	47	39,50	17	14,29
	PI	477	191	40,04	35	7,34
	RN	248	58	23,39	0	0,00
	Total	4.891	1.583	32,37	257	5,25

Legenda: Total de Referências (TR), Referências de Autoria Feminina (RAF), Referências de Autoria Feminina Negra (RAFN). Fonte: Tabulações da pesquisa; elaborada pela autora.

Gráfico 1 – Totais de referências por categoria da pesquisa na Região Nordeste – Brasil – 2021



Fonte: Tabulações da pesquisa; elaborado pela autora.

Os números alinham a continuidade e retroalimentação do cânone nos programas de pós-graduação no Nordeste. Das quase cinco mil referências levantadas, apenas pouco mais de 5% (257) eram de autoria feminina negra. Por outro lado, do total (4.891) 3.308 são referências de autoria masculina, em sua maior parte, branca. Quebrar essa hegemonia há de ser um trabalho árduo e longo, pois ainda são os homens brancos que interligam “[...] os códigos estéticos e retóricos, com os próprios conceitos de literatura, de identidade e de valor, gerados e mantidos pela crítica literária e pelo discurso

historiográfico, compactuados com o sistema patriarcal da cultura ocidental” (Schmidt, 2002, p. 108). Esse cânone, “estratégia de fechamento, exclusão e controle” (Santos, 2010, p. 222), dimensiona e conduz o mercado literário, estabelecendo quem se lê e quem pode ler.

Embora a pensadora nigeriana Bibi Bakare-Yusuf (2003) conteste e questione o patriarcado, é fundamental compreendermos que há um sistema institucionalizado de maneira profunda, diversa e que mascara, sob a égide da naturalidade, suas perversas complexidades. Para ela, “[a]o invés de ver o patriarcado como um sistema fixo e monolítico, seria mais útil mostrar como o patriarcado é constantemente contestado e reconstituído” (Bakare-Yusuf, 2003, p. 4). Para o campo literário, é pertinente questionar quais mecanismos são reconstituídos para que o cânone tenha uma performance sexista e racista no âmbito da academia.

No livro *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*, de 2019, Toni Morrison nos convida, pelo viés mais incomodativo possível, a pensar como a questão do racismo (no contexto norte-americano) antecede o conceito forjado de raça e como esta tangencia apenas a perspectiva genética. Para Morrison, a chave do questionamento estaria em perceber como tal conceito tão frágil, o de raça, consegue influenciar, de maneira perturbadora, milhões de pessoas. No livro, encontramos, tijolo por tijolo, o muro da incompreensão, do sadismo, da intolerância, da violência (nas suas mais perversas (i)materialidades), da complexa trama, nas micro e macro estruturas sociopsíquica, do racismo; da necessidade de se justificar o desumano. Nessa construção, que se ancora na pseudonormalidade, está a premência de fazer do Outro o estrangeiro, o mal, o presságio, o inimigo, a adulteração da cordial democracia.

Esse processo de “outremização” (Morisson, 2019), vantajoso para a dinâmica (econômica e social) de perpetuação do racismo, provoca, na mais superficial das análises possíveis, a invisibilidade, a exclusão – ou pior, a anulação. Como não nascemos racistas ou sexistas, o processo de “outremização” precisa ser ensinado: seja pelo discurso ou pela atitude (ou exemplo). Esse mecanismo de ensinamento se desdobra e se acomoda em várias dimensões da vida ordinária – inclusive na academia.

Nessa perspectiva, podemos pensar no conceito estratégico proposto por Patrícia Hill Collins, no texto “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, de 2016. A *outsider within*, que não possui uma tradução inquestionável para o português, seria algo próximo do “forasteiras de dentro”. Tal ideia/concepção também aparece na construção do conceito de “escrivência”, de

Conceição Evaristo. Percorrendo um caminho de resumida revisão da ideia a partir da perspectiva literária, com Zora Neal Hurston, da historiadora feminista negra E. Frances White, e com bell hooks, Patrícia Hill Collins percebe que a *outsider within* pode criar um ponto de vista único e que movimentaria estratégias criativas para refletir sobre posições marginais em cenários acadêmicos. Para ela, “[...] muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero” (Collins, 2016, p. 100). O *status* de *outsider within* pode criar um espaço diferenciador de reflexão sobre o processo de “outremização”, mas, principalmente, refletir sobre o pensamento feminista negro, a representatividade da autoria feminina negra (ou suas lacunas) dentro da academia.

Na literatura contemporânea, várias/os escritoras/es, pesquisadoras/es, intelectuais negras/os e não-brancos/as refletem sobre seus corpos, seus lugares de fala, suas existências dentro e fora da academia e, de alguma maneira, passam por uma ou por outras estratégias de autoavaliação e autorreconhecimento.

O corpo, como sistema orgânico, integrado e repleto de relações em rede, na inconstância do material e do imaterial, atravessa o discurso estético-político e suas linguagens. Se essa corporeidade é, ao mesmo tempo, significante e significado, físico e discursivo/oral, ponte e conexão entre os mundos, atravessamento necessário para a existência do Ser, prisão e morada da linguagem, cabe perguntar, com base em Conceição Evaristo (2007), onde estão esses corpos em *escrevivência* na academia? Se essa escrita é a síntese indissociável do seu “corpo-mulher-negra em vivência” (Evaristo, 2009, p. 18) com sua inventividade ficcional, por quais corpos-escrita a literatura de autoria feminina negra perpassa nos programas destinados aos estudos e debates das linguagens literárias?

Os números da Tabela 1 e do Gráfico 1 podem ser lidos sob várias camadas. No entanto, a linha que mais se expressa nessa avaliação é contornada com essa pergunta central: as ementas dos cursos de pós-graduação são realmente discutidas nos âmbitos institucionais (sempre levando em consideração a Lei n. 10.645/08) ou são, por conta de inúmeros outros fatores que imprimem a velocidade dos ajustes burocráticos, uma replicação automática do que já está posto no cânone?

Colocando em jogo a autonomia docente e a informação de que haveria, no decorrer do componente, a expansão ou uma possível alteração das referências indicadas (principalmente ficcionais), é significativo refletir sobre a importância das escolhas e o

que elas podem indicar na qualidade de discurso oficialmente registrado no Ministério da Educação; e que é um critério de avaliação no sistema da CAPES.

As ementas/planos de aula, para além de subsidiar referências básicas para aprofundamentos de discussões, também podem ser vistas como estratégias de visibilização e de reconhecimento de intelectuais negras comprometidas com mudanças socioculturais e políticas. Volta-se, aqui, aos debates sobre outremização, autorreconhecimento, autoavaliação, silenciamento, poder etc. Se o compromisso firmado por um programa de pós-graduação, que acolhe a estrutura central da proposição epistemológica e pedagógica do que se quer de formação, do posicionamento ideológico do programa, e que também acolhe as ementas dos componentes, não reflete a pactuação com as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, tem-se a sinalização de uma lacuna profunda na Educação e na formação discente.

Se o processo, importante e urgente, de descolonização da mente (hooks, 1995) passa pelo reconhecimento e pela valorização da cultura e do pensamento das classes e/ou povos excluídos/silenciados do sistema operacional da sociedade brasileira (em todas as suas esferas: das macro e das micro estruturas), é preciso, então, apresentar e posicionar na dialética do Outro (Fanon, 2008) intelectuais e escritoras negras, indígenas, LGBTQIAPN+ etc. Essa oxigenação das referências “canonizadas” requer, antes de tudo, pensar nas escolhas ficcionais e teóricas das ementas e/ou planos de curso, como indicações de um discurso político e estético; e que, necessariamente, passa pela discussão complexa de interseccionalidade – também necessária para subverter ou transpor vicissitudes da contemporaneidade. A escrita de intelectuais negras dentro da academia e de escritoras negras de obras ficcionais mostra que ainda “[...] escrevem dentro de um sistema literário que louva a diversidade cultural do país, mas tem dificuldades em se relacionar com uma dessas diversidades, a da afrodescendência, que rasura a sua hegemonia” (Pereira, 2016, n.p.).

Os dados nos convidam, também, a refletir sobre a relevância da representatividade literária dentro da academia. Se olharmos atentamente para os números no Ceará, onde encontramos o maior número de referências, de um total de 1.320, 333 são de autoria feminina, ou cerca de 25%, e, dessas, apenas 38 referências são de autoria feminina negra – ou seja, 2,88% do total de referências. Se aprofundarmos a discussão, em componentes como “Estudos comparados de poesia”, cujo ementário prevê o debate do lirismo na literatura contemporânea brasileira e suas fissuras ou dissonâncias em contraposição aos modelos tradicionais do cânone, vimos que sua ementa traz 14

referências (entre teóricas e ficcionais), das quais nenhuma era de autoria feminina. Em outro componente denominado “Poética”, cuja proposta era discutir o lirismo contemporâneo no Brasil, bem como as poéticas marginalizadas e suas relações tensivas com os modos de produção e de crítica literária, das 26 obras que o referenciavam, apenas duas eram de autoria feminina (uma brasileira e uma canadense). Outro caso que nos pareceu emblemático: um componente de 2021, de “Literatura brasileira”, cuja proposta era debater questões ligadas ao genocídio de povos excluídos socialmente: negros e indígenas. Em sua lista de referências estavam 14 obras: três ficcionais de autoria feminina (duas negras e uma indígena) e nenhuma teórico-crítica.

Um componente intitulado “Literatura e Tradição” tinha 12 referências teóricas e nenhuma de autoria feminina. Mais um caso que julgamos relevante trazer a esta discussão é o componente “Literatura e representações sociais”, cujo objetivo era analisar os mais variados discursos literários, sob a perspectiva estética, refletindo e acentuando as discussões sobre as conexões entre forma literária e os seus processos sociais. Esse tipo de proposta e de discussão, importante e que se desdobra em várias esferas de representatividade *versus* cânone (e não só), deveria refletir sua consistência política. No entanto, das 15 referências teóricas indicadas na ementa desse componente, apenas uma era de autoria feminina – nenhuma negra. Cabe indagar de qual representação social se trata? Em outro, “Literatura e sociedade”, a lista de referências básicas continha 22 indicações e apenas uma era de autoria feminina, no caso de uma autora estrangeira – nenhuma negra. De qual sociedade esse componente está falando? Em “Literatura e expressões identitárias”, entre 86 referências, 29 eram de autoria feminina e apenas 11 de autoria feminina negra; o que nos leva a perguntar quais expressões de identidade esse componente realmente discute? Mais um, “Literatura afro-brasileira”, apresentou 11 indicações teóricas, sendo cinco de autoria feminina e apenas três de autoria feminina negra (duas brasileiras e outra da Guiana, mas radicada nos Estados Unidos). As referências estariam mesmo refletindo a perspectiva da literatura afro-brasileira?

Esse cenário, mesmo que demonstrado de maneira breve, nos impele a indagar e averiguar o alcance do atraso ou do avanço no questionamento das dimensões estético-política e literária do cânone estabelecido nos programas de pós-graduação e seus diálogos com as Leis n. 10.639/2003 e a n. 11.645/2008. É preciso assumir um posicionamento, expor e extrapolar as dimensões de historicidade patriarcais e inscrever corpos-escrita de autoria feminina, principalmente negra, nas estruturas curriculares como discurso de subversão.

Embasada em Heidi Safia Mirza, Grada Kilomba afirma: “[...] as mulheres *negras* habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’. Habitamos uma espécie de vácuo de apagamento e contradição” (2019, p. 97, grifo próprio). Não se trata da mesma lacuna, do mesmo *status* que nos coloca Hill; mas é na reflexão sobre esse espaço que rodeia e movimenta a marginalidade, que reconhece e reflete o processo de nulidade do “terceiro espaço”, que a “forasteira de dentro” se manifesta como chave analítica e virada epistemológica. Estar nessa margem, nessa encruzilhada de grandes arenas (que não são opostas ou excludentes), para Patrícia Collins (2019), pode ser a conscientização estratégica para ampliar os lugares de poder no âmbito acadêmico, por exemplo.

Embora doloroso e desigual para muitas intelectuais negras, o processo de reconhecimento do “terceiro espaço” e da tentativa de nulidade que insistentemente estrutura o pensamento branco ocidental, em termos acadêmicos, o *status*, mesmo que momentâneo, da *outsider within*, pode servir, segundo Collins (2019), se referindo ao conceito de “estrangeiro” de Georg Simmel e Karl Mannheim, para viabilizar, principalmente na academia, uma postura crítica diferenciada, em que se desenvolve a habilidade e o distanciamento para ver o que uma pessoa imersa em sua mesmice não conseguiria.

Mesmo que Patrícia Collins (2019) esteja, nesse texto em específico – “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro” –, oferecendo uma análise mais direcionada para o campo acadêmico da sociologia, a percepção da importância estrutural do feminismo negro (ou o seu plural) para o reconhecimento e subversão das imagens que a academia faz das mulheres negras (especialmente) e a lacuna que se segue da objetificação ou silenciamento dessas mulheres, é fundamental para refletirmos sobre o próprio paradigma da educação. No viés da Literatura, podemos pensar no caminho das presenças e das ausências dessas mulheres que, sendo “forasteiras de dentro”, mobilizam novas estratégias na academia.

Esses novos trânsitos perfazem o caminho da insurgência, produzindo novas subversões, assumindo as várias potencialidades estéticas, políticas e de poder, que está expresso, também, nas escolhas dos referenciais teóricos, críticos e ficcionais dos componentes. Um componente de 2020, “Teoria Literária”, por exemplo, que propunha a discussão da experiência e da vivência estética a partir das linguagens, representações e expressões literárias, questionando as funções da arte e o seu sentido na sociedade, trazia 99 referências, sendo 73 de autoria feminina e quatro de autoria feminina negra. Ainda

que o número de referenciais teóricos da autoria feminina negra seja irrisório, a autoria feminina é a parte estruturante do componente. Em outro exemplo, observamos uma disciplina como “Questões de gênero e literatura”, em que encontramos 38 referências e todas as 38 obras eram de autoria feminina, mas apenas duas eram de autoria feminina negra (ambas norte-americanas). Em outro componente, também sobre literatura e estudos de gênero (2021), havia 48 referências, 44 obras eram de autoria feminina e 14 de autoria feminina negra. Em, por exemplo, um componente de “Poesia brasileira”, encontramos 24 referências totais: 18 eram de autoria feminina. O que nos chama atenção é que seis indicações ficcionais para leitura são de autoria feminina – nenhuma negra –, todas brasileiras. Nas referências teóricas havia 11 autoras e apenas duas eram negras (uma brasileira e uma nigeriana). Nas ementas analisadas da região Nordeste, nenhum componente se destaca na autoria feminina negra. No entanto, é nos planos de aula/ementas sobre as questões de gênero que observamos a maior inversão nas referências em relação ao *status* de autoria masculina e branca. Ou seja, mesmo que timidamente, encontramos componentes que subvertem a hegemonia masculina e, de maneira deliberada, evidenciam a produção intelectual feminina.

Voltando aos números da Tabela 1 e do Gráfico 1, a relação entre a autoria feminina e a autoria feminina negra é muito discrepante. Nos Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, percebemos que há um abismo entre as autorias femininas. Ao analisarmos 477 referências de uma universidade federal do Piauí (a única que contemplava as diretrizes da pesquisa), 191 eram de autoria feminina, o que corresponde a 40,04% do total, e apenas 35 referências eram de autoria feminina negra. Em relação ao total de referências (477), as obras de autoria feminina negra chegam a pouco mais de 7%. No caso do Rio Grande do Norte (em que apenas uma instituição atendia aos requisitos da pesquisa), o distanciamento também se projeta. Das 248 referências analisadas, apenas 58 eram de autoria feminina – o que corresponde a cerca de 23% do total. No entanto, entre essas poucas 58 autoras, nenhuma era negra.

Se olharmos para a Bahia (o estado mais negro da federação), com mais instituições e programas que atendiam aos critérios da pesquisa, percebemos que a lacuna ainda persiste. Das 1.157 referências analisadas, somente 394 eram de autoria feminina – o que equivale a 34% do total das obras referenciadas nas ementas ou planos de curso. Entre essas 394 referências femininas, encontramos 60 obras de autoria feminina negra. Ou seja, em relação ao total de referências, exato 5,19% correspondem a autoras negras.

Diante desse cenário, a pesquisa mostrou o fosso que pode haver entre o discurso

estético-político em sala de aula e a efetiva marcação desse posicionamento em todas as práticas e metodologias educacionais. Contudo, nos novos trânsitos, principalmente na contemporaneidade, os discursos e os paradigmas próprios do feminismo negro, por exemplo, evidenciam instrumentos que tentam, continuamente, expor os mecanismos perversos do racismo e rasurar essa hegemonia branca, nesse caso, dentro da academia; e também conquistam, progressivamente, mais visibilidade e aderência nas leituras e nas/os leitoras/os. É verdade que muito se caminhou. É sempre importante, porém, marcarmos o lugar das lacunas. Em texto datado de 2010, Ana Rita Santiago da Silva salienta que, embora muitas escritoras negras escrevessem, publicassem e tensionassem o sistema patriarcal, branco e machista em pleno século XVII, poucas foram as vozes que ecoaram até hoje na academia. Segundo a pesquisadora,

Desfilam, à margem da historiografia literária, nomes de escritoras negras como Rosa Maria Egipcíaca Vera Cruz, Teresa Margarida da Silva e Orta, Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, que, entre os séculos XVII e XX, fizeram relevantes rupturas no cenário da literatura, escrevendo e publicando, e ainda hoje seus nomes e obras provocam estranhamentos. Menciono outros nomes como os de Conceição Evaristo, Miriam Alves, Alzira Rufino, Esmeralda Ribeiro, Geni Mariano Guimarães, Sônia Fátima Conceição, Cristiane Sobral, Fátima Trinchão, Aline França, Vanda Machado, Rita Santana, Mel Adún, Elque Santos, Jocélia Fonseca, Urânia Muzanzu, dentre outros, que, na contemporaneidade, perseguem, no Brasil, o ofício da escrita literária (Silva, 2010, p. 19-20).

Em que se pese o distanciamento temporal do texto de Ana Rita, e que algumas das escritoras citadas pela pesquisadora alcançaram, relativamente, mais espaço na academia, a lacuna existe. É importante dizer que estamos aqui não só para refletir sobre tais ausências, mas também impulsionar o adentramento e o enfrentamento da discussão da autoria feminina negra (como também de outros corpos silenciados) nas várias camadas e estruturas da educação brasileira.

Isso significa que a obra literária, ficcional ou não, transita e costura uma complexidade ancestral de significados e sentidos. Vê-la na academia, em todas as cores e gêneros, não é uma utopia, é projeto estético-político de emancipação e reconhecimento das lacunas que, por anos, tem se esforçado para romper o silenciamento forçoso da diversidade: “Esse movimento pulsante, instigante e, talvez, doloroso, certamente, costura algumas referências e contesta outras” (Silva, 2020, p. 34).

Considerações finais

A ausência ainda pronunciada da autoria feminina é evidente no universo das obras que povoam as ementas e os planos de aulas dos componentes curriculares da pós-graduação *stricto sensu* em Literatura, Estudos Literários e similares, nas universidades federais do Nordeste do Brasil. A lacuna mais expressiva perfaz a presença absolutamente minoritária das autoras negras. Entendemos que os dados levantados nos colocam diante de uma trajetória de exclusão em projetos pedagógicos que sustentam o cânone literário (pre)dominado pela branquitude masculina. Estamos diante de estruturas de poder que cerceiam espaços de debate e evitam o confronto com a diversidade e com as lutas contra as mais distintas modalidades de silenciamento.

É preciso contestar e transgredir essa situação, cuja complexidade dialoga com formas tácitas e renitentes de discriminação e preconceito. Há, certamente, uma institucionalidade que silencia diante da ausência da autoria feminina negra em discussões que afetam a negritude e a diversidade de gêneros. Se em espaços de debate que se supõe abertos e sensíveis ao contraditório, como a pós-graduação, vozes autorais femininas e negras são sistematicamente silenciadas; o que pensar sobre os demais níveis de formação?

Entendemos que esse olhar atento para as referências em planos de curso e ementas busca perceber quão as discussões na pós-graduação realmente podem ser vistas como estratégias de (in)visibilização e de (ir)reconhecimento de autoras negras. A julgar pelo panorama quantitativo mostrado aqui, esse poder não deve ser subestimado. A autoria feminina, tanto mais a negra, é ainda uma ausência marcante, mas pouco sentida em espaços de discussão que, até então, privilegiam a autoria masculina branca.

Ainda que quantitativamente ausente, diante de restrições e silenciamentos, a literatura de autoria feminina negra é potência subversiva e transgressora e, certamente, caminha pelo enfrentamento persistente dos mecanismos de exclusão a que está sujeita. Longe de questionar a liberdade de cátedra, princípio fundamental da docência, a proposta é cada vez mais reduzir o distanciamento e as lacunas da autoria feminina negra nas referências bibliográficas de programas de pós-graduação em instituições de ensino superior, para evidenciar e confrontar a predominância de um cânone branco e masculino.

REFERÊNCIAS

- BAKARE-YUSUF, B. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence.** *Feminist Africa*, n. Issue 2 (2003). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48724973>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- CANDIDO, A. O direito à Literatura. *In: CANDIDO, A. Vários escritos.* 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- COLLINS, P. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 31, n. 1 jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- DALCASTAGNÈ, R. Imagens da mulher na narrativa brasileira. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 15, 2007. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_e_a_roda/article/view/3267/3201. Acesso em: 17 nov. 2023.
- EVARISTO, C. Da Grafia-Desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In: ALEXANDRE, M. A. (org.). Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.
- EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOOKS, b. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e ação. **Portal Geledés**, 28 mar. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- LORDE, A. A poesia não é um luxo. *In: LORDE, A. Irmã outsider: ensaios e conferências.* Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 44-48.
- MORRISON, T. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura.** Trad. Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2018.

PEREIRA, E. de A. O Brasil-Decifrado e o Brasil-Enigma. **Musa Rara**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://musarara.com.br/o-brasil-decifrado-e-o-brasil-enigma>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, L. N. A lírica menor: por uma teoria da literatura das literaturas africanas de língua portuguesa. **Revista crítica cultural**, Santa Catarina, v. 5, n. 1, jul. 2010. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/215/217. Acesso em: 17 nov. 2023.

SANTOS, L. N. Poéticas da diferença: a representação de si na lírica afro-feminina. **A Cor das Letras**, Feira de Santana/BA, UEFS, n. 12, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1487/pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SCHMIDT, R. T. A crítica feminista na mira da crítica. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 42, p. 103-125, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462/6843>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SILVA, A. R. S. da. Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 20-37, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3622/2995>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SILVA, A. R. S. da. **Águas**: moradas de memórias. Cruz das Almas, BA: Editora da UFRB, 2020.

Data de submissão: 31/07/2023

Data de aprovação: 19/10/2023